

EDITORIAL

Na tentativa de estimular o debate entre os leitores consideramos pertinente, neste momento, levantar alguns elementos para a reflexão em torno da polêmica acerca da avaliação do ensino universitário. É evidente que não se pretende desenvolver, nesse espaço, uma análise acabada sobre o tema, mas tão somente suscitar alguns questionamentos que a própria discussão exige.

Em março de 1995, o Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, encaminhou ao Congresso uma medida provisória na qual propôs a instituição de um exame para os formandos do ensino superior. Resumidamente, a referida proposta objetiva, através das notas obtidas pelos alunos, avaliar a universidade brasileira como um todo. Segundo essa lógica, o aluno não seria prejudicado, à medida em que uma eventual reprovação apenas constaria no seu histórico escolar, não impedindo o exercício da profissão. Pretende-se implantar um sistema de credenciamento das escolas a cada cinco anos cuja renovação dependerá das notas que os alunos obtiverem no exame. Vale ressaltar que o ministro manifesta empenho especial em avaliar as condições do ensino universitário nas escolas privadas.

A discussão sobre a qualidade do ensino universitário se faz urgente, sendo inegável o rebaixamento do padrão que hoje apresenta. Entretanto, entendemos que há uma análise anterior a ser feita no intuito de captar a gênese desse quadro.

A deterioração do ensino tem raízes históricas sem a compreensão das quais qualquer leitura se torna limitada.

Ao analisar o processo de especialização do saber, que se apoia na divisão social do trabalho, e os rumos que a produção do conhecimento tomou, é possível dispor de dados para visualizar o direcionamento assumido pela universidade nesse processo. No plano geral, a consequência da especialização foi a compartimentalização da realidade em áreas cada vez mais específicas, perdendo o eixo fundamental sem o qual a sociedade não se sustenta.

No caso brasileiro, há que se ater às alterações econômicas, políticas e sociais das últimas décadas, para detectar porque ao longo desse processo a educação assumiu uma determinada configuração.

Ao privilegiar a técnica, a formação voltada para o atendimento às exigências do mercado de trabalho, o ensino universitário relegou a segundo plano a preocupação com uma formação mais ampla do aluno. Desse modo, o perfil da universidade hoje não conforma uma unidade¹. Mergulhada em embates internos, desenvolvendo políticas de pesquisa que muitas vezes se prestam a interesses de grupos econômicos e/ou políticos, a universidade se distanciou da propositura de uma formulação analítica conseqüente e rigorosa, empobrecendo-se substancialmente.

O resultado disto é que periodicamente são "formados" profissionais sem a capacidade de compreender a realidade no seu conjunto e, portanto, de estabelecer a conexão indissolúvel entre a sua área específica de atuação e a totalidade social da qual faz parte; despreparados enfim, para enfrentar as constantes mudanças resultantes da revolução tecnológica em curso no mundo contemporâneo.

A crise que envolve a universidade hoje é parte constitutiva da crise do sistema educacional e resulta de uma crise global cuja herança de décadas carregamos. Reconhecer tal fato significa se reportar também à debilidade do ensino básico e do secundário.

A lógica intrínseca dessa situação não será desvelada por um exame pontual cuja intenção é avaliar principalmente as escolas privadas. Que o ensino privado cresceu sem critérios é um fato, mas não se pode ignorar que isto se deu como decorrência da deterioração do próprio ensino público de 1º e 2º graus.

Nestes termos, questionamos se uma medida jurídica isolada se configuraria como solução para um problema que tem determinantes estruturais.

Por outro lado, julgamos que cabe à universidade apontar para essas questões, propiciar o debate e se reafirmar como o espaço da produção científica que priorize a busca das melhores respostas às demandas do nosso tempo.

Maria Angélica Tavares Medeiros

(1) A respeito dessa questão ver COELHO, Ildeu Moreira. Ensino de graduação: a lógica de organização do currículo. Universidade Federal de Goiás, 1984. (Versão preliminar da conferência de abertura do VII Fórum Nacional e do XIII Encontro Nacional de Pró-Reitores de Ensino de Graduação das Universidades Brasileiras, Fortaleza, abril de 1994). [Mimeografado].